

OS CAMINHOS DA GLOBALIZAÇÃO

Patrícia Bono Peretto

Em breves palavras, a idéia de globalização pode ser traduzida como alta tecnologia das telecomunicações, preços baixos no transporte e livre comércio sem limites, o que converteria o mundo inteiro num enorme e único mercado.

Dessa forma podemos afirmar que a globalização é decorrente, principalmente, do avanço tecnológico que presenciamos. Assim, as alterações na vida social se tornam imprevisíveis, já que “o mercado” (desregulamentado) passa a ser a mola propulsora das atividades de cada país, enfraquecendo, decisivamente a política governamental e a soberania de cada país.

Num primeiro momento, as bolsas que controlavam o mercado de capitais eram algo sobre o qual se poderia exercer algum tipo de controle. Isto pelo fato de os negócios acontecerem em velocidade mínima, em decorrência de sistemas arcaicos de transmissão de dados e a efetiva dificuldade dos fusos horários.

Assim, era muito mais provável que os governos pudessem defender seus interesses, regulamentando o exercício dos poderes nas suas bolsas.

Com o desenvolvimento em progressão geométrica que verificamos na área de informática, a transmissão dos dados e a razão dos fusos não é mais problema.

As negociações ocorrem em frações de segundos e, o que há dez segundos acabou de ser negociado no Brasil certamente estará sendo comercializado em outra parte do mundo.

Tal agilidade pode, à princípio, ser estonteante. Pode ser encantador ao desavisado a multiplicidade de recursos oferecidos por uma grande corretora, mas, é no mercado de capitais que são vendidos os sonhos dos cidadãos de cada país, dependendo do nível de liberalidade que se observa em suas realizações em movimentação de capital.

As riquezas de um país podem passar por muitas mãos num mesmo dia. Por certo já é tempo de ocorrer o fato onde os dirigentes de uma determinada empresa não saibam a quem ela pertence, em decorrência das múltiplas negociações de ações e a velocidade em que estas se desenvolvem.

Na realidade, mudam de mãos as ações, mas não diferem os interesses. O desejo do acionista sempre será preservado, sendo à ele destinado os maiores lucros possíveis, não interessando quais os meios utilizados para tanto.

O que se observou nas três últimas décadas é a volatilidade do capital. Com a ajuda da tecnologia, a transmissão de informações e dados se deu de modo tão veloz quanto arrasador.

Assim, países da Europa iniciaram um movimento no sentido de se compor, formalizando os chamados Mercados Comuns. Dessa forma, vários países, congregados em um território comum e de fronteiras, se uniram para alcançar vantagens sobre países que tentavam se impor de forma individual.

Ao surgimento do Mercado Comum Europeu, os Estados Unidos e seus "agregados" responderam com o Nafta e, via de conseqüência, o restante dos países do mundo buscam se agrupar da melhor forma que puderam.

O Mercosul é nossa realidade. Apesar de, teoricamente, ter a mesma estrutura e buscar os mesmos resultados de outras agremiações de países, verificamos sua inerente fragilidade, posto que reúne países que, em momento algum poderão ser considerados como ricos, industrializados ou desenvolvidos.

Não existe, dentre os participantes do Mercosul um país que esteja catalogado entre o grupo dos 25 mais ricos, ou que participe do G7.

É de simples resultado tal operação. Claro está que o chamado Mercosul não possui as mesmas armas para reivindicações e plano de resultados observados na União Européia ou no Nafta. Mas esta relação desequilibrada não se sustentará por muito tempo, se pudermos argumentar sobre os recursos naturais existentes nas países do Mercosul ou dos irmãos asiáticos, e, principalmente, se pudermos confiar que os governos desses países saibam proteger e valorizar o patrimônio que possuem.

A globalização se iniciou com a internacionalidade de recursos do capital. Isto só foi possível com a desregulamentação sobre o comércio de produtos e serviços internacionais. Com a efetiva queda ou desaparecimento de tributação sobre investimentos estrangeiros, cada país, a seu tempo, acabou por sucumbir à miragem do mundo globalizado.

Se no início da aplicação das idéias, a globalização tratava de intercâmbio de tecnologia (em todas as áreas), tendo por fim a melhoria das condições de vida de todos os cidadãos, hoje se tornou o meio mais fácil para se aviltar a soberania dos países considerados pobres ou em desenvolvimento.

A corrida para o mundo globalizado, em todos os cantos, dissipou o desaparecimento do trabalho subordinado, empurrando uma multidão de trabalhadores ao subemprego ou ao desemprego.

Enfim, é observado que o resultado pretendido pelos idealizadores da globalização jamais serão alcançados. O exemplo mais recente da impossibilidade de acerto na globalização, é o caso do México. Por três governos consecutivos, os presidentes do México namoraram com os conselheiros econômicos americanos. Isto fez que empresas estatais de todas as áreas fossem privatizadas, que fosse incentivado o investimento estrangeiro em terras mexicanas, reduziu-se os direitos alfandegários e o país foi aberto ao capital alienígena¹. Por pouco tempo as classes média e baixa gozaram de certa estabilidade, revertendo tal calma em aceleração do consumo. As importações foram implementadas, tendo em vista que empresas de porte foram instaladas sob a bandeira mexicana, mas, em sua produção com mão-de-obra barata, necessitavam de componentes estrangeiros.

Tudo seguia muito bem, até o México perceber que seu déficit junto às instituições internacionais de crédito estava fora de proporções.

¹ MARTIN, HANS-PETER & SCHUMMANN, HARALD. A armadilha da Globalização, Ed. Globo, 1996, pág. 196.

A desvalorização da moeda e a mensuração de juros em um patamar, até então, inimaginável travou a balança comercial.

A globalização, que possibilitou ao México ser aceito no Nafta, empurrava mais e mais para baixo suas perspectivas.

O empobrecimento dos mexicanos veio de uma só vez.

O capital aplicado no México, de súbito, foi retirado, levando o país à bancarrota.

Neste cenário, os pobres ficaram mais pobres, estando, dessa forma, impedidos de realizarem pagamento de tributos. A classe abastada, já sabemos, em todos os países, encontra um meio de se elidir dos pagamentos de impostos.

Restou a classe média que, acuada e esquecida, faliu. O desemprego foi uma das forças motrizes para colocar o México no fundo de um buraco.

A máquina pública não mais tinha condições de sobrevivência, posto que não poderia se encarregar, através da Previdência Social, dos milhões de pessoas que foram marginalizadas pela globalização.

Devemos entender que os direitos trabalhistas alcançados em fins do século XIX e durante o século XX devem ser preservados. Porém, quando se defende a redução de salários e a suspensão destes direitos trabalhistas alcançados, apoiando tais atos como única forma de proteção ao emprego, o que se pretende, em verdade, é o arroxo das conquistas sociais em detrimento de uma produtividade crescente.

O pedido de socorro feito pelo México em dezembro de 1994, desencadeou o maior amparo conhecido no pós guerra, superior ainda, à ajuda dada pelos Estados Unidos à Europa para sua reconstrução após o declínio de Hitler e seus comparsas.

Se focalizarmos a estrada em que se encontra o Brasil desde a “abertura dos portos” realizada pelo Presidente Collor de Melo, não poderemos nos furtar ao resultado de que nosso país segue à passos largos o destino do México.

Fatalmente o Brasil estará fadado ao desemprego que lá se vê, em razão de políticas econômicas desacertadas, vez que nosso país vem sendo adequado ao neoliberalismo onde a tese básica consiste em que o *mercado é bom e interferências do estado são ruins*.

Com referência ao México e onde já se aplica há mais tempo os princípios do mercado internacional aberto, a massa de desempregados cresce diariamente. Em consequência, a falência da previdência pública está decretada, posto que nenhum país terá meios idôneos, capazes e rápidos o bastante para solver tal problema.

Se o cidadão, pelos meios ordinários conhecidos e depois de todos os seus esforços não mais consegue manter-se e presença a decadência, também, de sua família, então deve o Estado lhe assegurar uma existência digna.

Contudo, por mais ricos, industrializados e desenvolvidos que se encontre determinados países, não há no mundo um que possa sustentar uma massa de desempregados que, em números reais, represente mais de 50% da sua população ativa.

A desregulamentação do mercado acabou por atar as mãos do Estado que, imbuído da necessidade de estar em consonância com o restante dos países do mundo, deixou para trás a população para garantir que o empresariado pudesse reinar, mesmo que isso significasse desemprego.

A tendência efetiva da globalização é o achatamento do trabalho subordinado até seu limite mínimo, até a pior degradação que o trabalhador puder suportar.

Assim, temos que para os trabalhadores a marcha à ré é o lema do futuro.

No mundo globalizado, o trabalhador tornou-se um estorvo para os empresários, posto que os chairmans, atualmente, buscam apenas proteger os interesses de seus acionistas, o que implica em elevação dos lucros e redução drástica de custos salariais.

Logo, o meio para o alcance de tal “independência” é o aumento de produtividade. Assim, as empresas que puderam, investiram em alta tecnologia e implementação de sistemas de produção que dispensassem a grande quantidade de empregados que possuíam.

Com a excelência de produtividade alcançada, a paisagem que se desenhou foi contrária às expectativas dos cidadãos: a condição do trabalhador mudou... para pior.

Em razão dos muitos desempregados, e da redução de salários experimentada pela maioria dos trabalhadores que conseguiram manter seus empregos, os valores antes destinados às associações de classes e aos sindicatos foi reduzida brutalmente.

Se no Brasil, em fins da década de 70 se observava a força descomunal dos sindicatos, que impunham condições ao empresariado e por elas lutavam até serem vencedores, hoje a situação é outra.

Em países tidos como desenvolvidos, se nota a realização de acordos coletivos de trabalho onde o direito de greve é absolutamente desconsiderado, podendo o empresário, neste caso, substituir os trabalhadores grevistas por novos empregados que realizarão o mesmo serviço com salário muito mais baixo.

As relações trabalhistas, então, perdem qualquer significado e o desaparecimento dos sindicatos é um cenário que brevemente poderá ser apreciado nas rodas dos dirigentes de empresas, inclusive no Brasil. Poderão estes executivos se deliciarem com os lucros enquanto promovem, com naturalidade, o nascimento de legiões de desempregados.

Sem a participação dos sindicatos, os trabalhadores são, indubitavelmente, mais fracassados nas negociações que, à partir de agora, passam a ser realizadas entre os dirigentes das empresas e seus empregados. Os contratos coletivos firmados em momento algum poderão ser tidos como irretroatáveis, posto que, conforme se verifica com frequência na Alemanha e em outros países da União Européia, está se tornando um hábito que os empresários mutem suas vontades no curso do acordo.

Ou seja, a globalização que firmou o canibalismo do mercado de capitais, que empobreceu os cidadãos, que premiou empresas que realizam cortes de quadro de empregados, que incentivou o desemprego e o subemprego; prega, sem a mínima dúvida, que quem detém o poder está investido de todo tipo de legitimidade.

Destarte, vislumbramos o desprezo da globalização pelo ordenamento jurídico de qualquer país. Acordos, na maioria coletivos, são firmados para serem, logo após e por conveniência da parte mais forte nos contratos, rescindidos ou simplesmente esquecidos.

Quando se ouve falar em normatização para que a globalização possa ser melhor aplicada e desenvolvida, a mensagem subliminar deve ser entendida como um sinal de alerta.

A legislação comum a vários países para o desenvolvimento do neocolonialismo deve ser entendida como uma afronta à soberania, como uma armadilha à democracia, como um assalto ao bem estar social.

Apesar da Constituição Brasileira ser absolutamente moderna em determinados seguimentos, o ímpeto de vanguarda não poderá ser levado ao extremo de fazer nascer leis que corroborem a falência do Estado Social para a vitória da globalização.

Tal ação legislativa afogaria o país em miséria decorrente da falta de emprego e do total desequilíbrio das forças sociais e do trabalho.

Conforme se verificou na Alemanha e nos Estados Unidos (e em outros países tidos como ricos), também no Brasil, com o desaparecimento do emprego, fica minguada a força dos sindicatos.

Então, os trabalhadores, não tendo uma entidade com força o bastante para defender seus interesses, também se dispersam, o que implica na liberdade total dos empresários realizarem o que bem pretenderem em termos de corte de pessoal, diminuição de salários e aumento na carga horária dos poucos trabalhadores que conserva.

No final de tudo, o que se depreende é que através da globalização surge o caminho menos tortuoso para que o interesse de poucos esteja protegido em detrimento do sofrimento e decadência de muitos.

O mito de uma comunidade internacional, composta de países que contemplasse muito mais o lado social que o capital não passa de produto de mídia; não passa de um “sonho de consumo” dos poucos que detém o capital.

Mais e mais os pobres serão levados ao limite da miséria, enquanto uns poucos terão duplicada sua fortuna.

O resultado aritmético desta equação é simples, é o fato de que os países ricos, desenvolvidos e industrializados estarão ainda mais ricos, mais industrializados tecnologicamente e, talvez, mais desenvolvidos. Isto porque mesmo dentro dos limites dos países ricos, a classe trabalhadora (leia-se classe média e baixa) já suporta o achatamento de sua qualidade de vida.

Os Estados Unidos, tidos como o país mais rico e poderoso, nem sabem mais o que fazer com os “descamisados do Tio Sam”. Também encontram dificuldades para sustentar o resultado negativo do super desenvolvimento sobre o qual tanto fazem propaganda.

O mundo globalizado gerou para a América uma infinidade de desempregados, posto que os “trabalhadores de macacão” ficaram sem destino depois que as grandes empresas transferiram suas linhas de produção para países asiáticos ou sul americanos, onde a mão de obra é significativamente mais barata.

Para o trabalhador sul americano parece que a globalização não lhe atinge diretamente. Sua cultura faz com que o cenário internacional pareça algo extremamente longínquo. Então este trabalhador prefere culpar o “coronel” que está na Presidência, como algo mais palpável. Já para os asiáticos, esta cultura de exigências de mercado, apesar de nos últimos anos terem oprimido sua existência, não chegou aos limites de sua cultura de sacrifícios.

Um desavisado poderá contestar a afirmação de que o desemprego noticiado chegou aos Estados Unidos, valendo-se de números obtidos em estatísticas que declaram o contingente de desempregados americanos. No entanto, há de ser observado o fato de que as estatísticas de desemprego naquele país são sempre realizadas de modo diferente, no possível intuito de manipular os dados. Atualmente, o trabalhador que procura um emprego consta da lista de desempregados durante quatro ou seis meses. Se, neste período, não conseguir emprego, este trabalhador é ignorado pelo censo que formará a estatística. Ora, devemos entender que este cidadão não mais pretende trabalhar, ou que o governo não mais se preocupará com ele?

Se, até bem pouco tempo, o **sonho** americano sempre foi um carro novo e uma casa livre de hipoteca, atualmente convergiu para um simples emprego que proporcione uma existência digna.

Atentando para o fato de que mais da metade do poderio de capital em moedas fortes do mundo está nas mãos dos asiáticos, os Estados Unidos deveriam se preocupar. No entanto, acaba por sair, até agora, ileso, em decorrência do fato de que as pequenas poupanças da maioria da população de todo o mundo é realizada em dólar. Dessa forma, o pequeno investidor, ou seja, a classe média que, até pouco tempo, conseguia guardar algum dinheiro e o aplicava em cadernetas de poupança, realiza tais investimentos na moeda segura, ou seja, em dólar. Assim, qualquer embate que tenha por fim desestabilizar o dólar não triunfará, posto que esta moeda possui guardiães por todo o mundo.

Ademais, as grandes corretoras mundiais especulam e, publicamente, fundamentam seus atos como o único meio de proteger o fundo de pensões das vovózinhas que tricotam durante a tarde.

Outro fator interessante é que além das desregulamentações que vêm ocorrendo nos mercados internos de cada país para que o capital estrangeiro possa entrar sem maiores problemas, os governos federais, estaduais e municipais têm se reunido para que outras vantagens sejam dadas às grandes empresas transnacionais que pretendam instalar suas plantas em determinado lugar.

O exemplo tupiniquim é a famosa instalação de uma planta da Ford no estado da Bahia. Após a Ford de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo, realizar cortes drásticos em seu número de empregados por falta de capital, meses depois anunciou a inauguração de outra planta.

Logicamente que tal planta seria instalada no estado e município que lhe desse maiores vantagens acerca de isenção no recolhimento de tributos e subvenções outras.

Depois de várias ofertas e aquele “vai-não-vai”, como é conhecido, venceu a “licitação” da Ford o estado da Bahia.

Joelmir Betting fez um comentário estranhamente interessante, quando afirmou que era melhor a instalação de uma planta na Bahia, com todos os benefícios que os governos realizaram, do que a instalação desta mesma planta em terras argentinas.

No entanto, vale a análise de que a Ford não vai criar tantos empregos como se pode imaginar.

Em verdade, a implantação de sua fábrica na Bahia comporta alguns comentários:

1. a geração de empregos será mínima;
2. o salário, na Bahia, com certeza terá valor muito menor daquele pago em São Bernardo do Campo, estando a empresa favorecida pela impossibilidade de equiparação salarial, conforme descrita na Consolidação das Leis do Trabalho;
3. na Bahia, o sindicato dos metalúrgicos não possui nem 1/50 da força dos sindicatos do Grande ABC Paulista.

No que tange à isenção de tributos, o Brasil segue exemplos europeus que, no final das contas, não trouxe qualquer vantagem ou resultado positivo para os seus cidadãos. Este tipo de procedimento se alastra pelo mundo, dependendo do grau de desemprego e de ignorância política.

O resultado destas subvenções e isenções tributárias, em curto prazo, representará uma forma de se saquear o erário, enquanto recursos naturais, saúde e educação vão sendo deixados de lado.

Todo este cenário encontra-se respaldado com o devido marketing, posto que os meios de comunicação de massa, que movimentam quantias estratosféricas de capital, também têm seus interesses na máquina do mercado, na busca de lucros à velocidade da luz.

A comunicação de massa foi a grande descoberta do século XX. As imagens que são colocadas no ar dominam sonhos e os sonhos determinam os atos.

Não podemos imaginar que qualquer candidato à presidência na atualidade consiga se eleger sem o veículo televisão e rádio. Desta forma, antes mesmo de receberem efetivamente seus mandatos já realizam conchavos e alianças que determinaram seus atos junto aos seus eleitores.

Infelizmente tais acordos não trazem no topo das aspirações políticas de cada candidato a realização de ações que conduzam à melhoria do atendimento público de saúde, implementação da educação ou atos efetivos no sentido de proteção ao meio ambiente.

Os acordos são firmados com o intuito exclusivo de amparo à economia aberta ao capital estrangeiro, independentemente do custo que isto tiver. Parecemos estar muito perto de uma nova *Lei dos Pobres*², conforme a aplicação que foi dada aos cidadãos da Inglaterra em 1834.

No final, o inimigo somos nós mesmos. Somos parte da massa que se dirige às urnas e leva ao poder pessoas que estarão sempre deixando seus eleitores em um último patamar de interesses. Esses eleitores jamais serão considerados como prioridade.

Enquanto se realiza a subvenção e isenção de tributos, enquanto se desregulamenta o mercado interno, enquanto os recursos naturais internos são ignorados, alguma mente está trabalhando para que a saúde pública se encontre mais e mais doente. Alguém está maquinando uma forma de que nossas crianças se afastem ainda mais das escolas. A ignorância política, um dia convergirá com a ignorância dos cidadãos.

E a culpa é nossa. Ao invés de buscarmos um meio de desenvolvimento da economia de forma sustentável³, mais e mais estamos deixando que o mar da globalização nos conduza para o epicentro da tempestade que o futuro do mercado aberto nos reserva.

² GRAY, JOHN – Falso Amanhecer: os equívocos do capitalismo global, Ed. Record, 1999, págs. 19 /25.

³ Parafrazeando o chamado desenvolvimento sustentável no Direito Ambiental.